



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA**

MEMÓRIA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL – CTN

Data: 8 de julho de 2010.

Local: Sala Multimídia – Ministério do Meio Ambiente – 5º andar

Horário: 15h30 às 18h30

Participantes:

Pela ABEMA: Maria da Glória Brito Abaurre, Elizabeth Lima e José de Paula;

Pela ANAMMA: Mauro Maciel Buarque, Katia Perobelli da Rosa Ferreira;

Pelo MMA: Ministra Izabella Teixeira, Secretário-Executivo José Machado, Volney Zanardi Júnior (SECEX), Marília Marreco Cerqueira (GM), Silvano Silvério da Costa (SRHU), Flora Cerqueira (DSIS), Egon Krakhecke (SEDR), João de Deus (SBF), Marcus Vinícius Alves (SFB), Ronaldo Hipólito Soares (SRHU), Luis R. de Oliveira (SEDR).

Pelo IBAMA: Américo Tunes, Pedro Alberto Bignelli, Fernando Marques;

Pelo ICMBio: Paulo Maier;

Pela ANA: Maurício Andrés Ribeiro;

Edison Martins (CNM), Eugênio Splenger (SEMA/BA), Hélio Gurgel Cavalcanti (CPRH/PE), Luizalice Labarriere (IBRAM/DF).

Pauta:

1. A situação da regulamentação do Art. 23: uma agenda nacional para seus desdobramentos;
2. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as estratégias dos estados e municípios;
3. A reforma do Código Florestal;
4. O licenciamento de assentamentos;
5. As relações entre os entes federados, em especial entre os estados, o Ibama e o ICMBio.

Abertura

O Secretário-Executivo, José Machado, abriu a reunião, agradecendo a presença e saudando a todos. Informou que a Ministra Izabella Teixeira chegaria de viagem a tempo de participar de parte da reunião.

Em seguida, o Secretário-Executivo, José Machado, apresentou a pauta da reunião. Apresentou ainda a dinâmica da reunião: apresentação/informe do assunto; debate e encaminhamentos.

Foi realizada breve apresentação dos presentes. Passou-se a apreciação da pauta.

1. A situação da regulamentação do Art. 23: uma agenda nacional para seus desdobramentos:

Em relação ao primeiro ponto de pauta, foi concedida a palavra para o Secretário-Executivo Substituto, Dr. Volney Zanardi Júnior.

Zanardi fez um breve relato sobre a tramitação do projeto de lei em questão. Destacou a preocupação em relação ao texto atual do projeto no que tange à fiscalização e à nulidade dos Autos de Infração (Art. 17). Avaliou que a posição do Ministério é que a redação seja aquela aprovada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Informou ainda que foi designado como relator o Senador Romero Jucá para o Projeto e que, na sessão de ontem, não houve quórum para deliberação sobre lei complementar e que o projeto deverá voltar à tramitação na próxima sessão.

O Secretário-Executivo avaliou que a tramitação do projeto está coerente ao período em questão, considerando-se que estamos em ano eleitoral. Avaliou ainda que entende que deve ser mantida a ofensiva para a aprovação da Lei ainda este ano, após o período eleitoral. Arguiu aos demais se há manifestação sobre a matéria.

A Presidente da Abema, a Secretária de Meio Ambiente do Espírito Santo, Maria da Glória Brito Abaurre, questionou sobre a questão da competência da fiscalização para a pesca, entendendo que a mesma foi transferida aos Estados.

O Dr. Américo Tunes, do Ibama, informou que a competência atual é do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, sem prejuízo do poder de polícia ambiental do Ibama.

O Secretário-Executivo alertou que a edição da lei complementar trará alterações e desafios para os entes da Federação e que esse desafio deverá ser enfrentado para a consolidação do federalismo cooperativo, fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama. Avaliou que é preciso que os entes da Federação se preparem para assumir as atribuições a serem estabelecidas na consequente Lei Complementar.

O Sr. Mauro Maciel Buarque, da ANAMMA, parabenizou o retorno das atividades da Comissão Tripartite Nacional, sugeriu que seja convidado o relator do Projeto de Lei Complementar para participar de uma reunião da CTN para articular a discussão do PL. Sugeriu ainda a estruturação de uma estratégia para a implementação da futura Lei Complementar.

O Secretário-Executivo avaliou que a matéria chegou a nível tal de consenso que não se justifica um esforço de aprimoramento do texto. Entendeu que não é necessário articular com o relator nesse sentido, mas de manutenção do texto. Sugeriu que fosse iniciado um debate para preparar a estratégia. Entendeu que o convite ao relator seria para encaminhar a tramitação do projeto com celeridade.

O Sr. Mauro Buarque manifestou concordância, destacando que é preciso definir estratégia para implementação.

O Dr. Volney Zanardi concordou sobre a necessidade de estratégia para implementação e solicitou que a Abema e a Anamma indicassem os representantes para preparar essa discussão.

O Sr. Edison Martins, da Confederação Nacional de Municípios – CNM avaliou que é importante essa aproximação para a definição de estratégia, especialmente, considerando as atribuições que recairão sobre os Municípios. Destacou o papel do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais – PNC.

O Secretário de Meio Ambiente da Bahia, Eugênio Splenger, comungou da preocupação sobre a questão da fiscalização da pesca, considerando que pescadores de um Estado realizam pesca em outros. Alertou sobre a precariedade da estrutura para a fiscalização em questão. Avaliou que a questão da fiscalização florestal também merece uma estratégia. Avaliou que o Projeto de lei não prevê estratégias de transição e manifestou que é importante a articulação para uma estratégia mínima de descentralização entre os estados. Avaliou ainda que é necessário cuidado para a descentralização aos municípios, entendendo que a questão envolve mais do que capacitação. Defendeu que é necessário pensar estratégias para tratar os diferentes diferentemente, considerando as capacidades dos Municípios para as atribuições que receberão, tal como, estratégia de consórcio etc. Expressou preocupação com a gestão ambiental após a edição da lei complementar, temendo caos na gestão ambiental pela falta de preparo dos operadores.

O Secretário-Executivo concordou com as manifestas preocupações e definiu que é preciso construir essa agenda. Avaliou que a construção do pacto federativo é um desafio extremamente complexo.

A Secretária Kátia Perobelli, da ANAMMA, informou sobre a preocupação com a descentralização aos municípios e que, no Rio de Janeiro, já foram adotadas algumas providências, entre as quais o convênio referente à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.

Encaminhamentos:

- ✓ A Secretaria Executiva do MMA encaminhará a realização de um reunião para um debate sobre a construção da estratégia para a implementação da agenda prevista no Projeto de lei complementar;
- ✓ Abema e Anamma encaminharão o nome dos representantes para a discussão da estratégia em questão.

2. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as estratégias dos estados e municípios:

No que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Sr. Silvano Silvério da Costa, manifestou satisfação pela aprovação da mesma no Senado Federal. Em seguida, destacou quatro pontos referente à PNRS: 1) A política; 2) Convênio com os Estados e Municípios; 3) PAC 2 – Resíduos Sólidos; 4) Pagamento por serviços ambientais urbanos.

1) O Secretário Silvano informou que o texto aprovado no Senado Federal sofreu poucas alterações em relação ao aprovado na Câmara dos Deputados. Avaliou que a convergência dos votos nos relatórios foi resultado do esforço do MMA. O relatório do Senador César Borges tem alterações em 4 artigos e que será encaminhado para a sanção presidencial. Ressaltou os méritos do projeto, destacando os Planos previstos (nacional, estaduais, municipais e dos particulares). Avaliou que a responsabilidade sobre os resíduos passa a ser compartilhada. Exaltou a necessidade da construção da logística reversa e acordos setoriais. Avaliou ainda que a sanção da Lei altera significativamente as leis estaduais. Será necessário que os estados e municípios revisem as suas leis. Apresentou a perspectiva de que a regulamentação da PNRS seja feita até o final do ano. 2) Plano Integrado de Resíduos Sólidos: foi informada a realização de 18 convênios. Apresentado mapa de distribuição. Informou sobre a realização de Estudos de regionalização e que foi assinado Termo de Compromisso de Criação do Consórcio interfederativo na Semana de Meio Ambiente. Avaliou que a assinatura de convênios com os 18 estados é um bom insumo para a gestão regionalizada de resíduos sólidos. 3) PAC 2 - Resíduos Sólidos: foi informado que já foi feita a “Chamada 1” (para projetos) e que já está pronta a “Chamada 2” (para implementação) com quantitativo diferenciado. Explanou que o PAC 2, no componente resíduos sólidos, vai considerar todos os esforços realizados, priorizando-se aquelas ações que estiverem adiantadas. As ações estão sendo realizadas de forma sequenciada. Atentou que a ideia é que o MMA utilize uma metodologia de modo não convencional, nos moldes do Prodes/ANA – compra de resultados futuros. A concepção do programa será levada ao Ministério das Cidades e Casa Civil. 4) Pagamento por serviços ambientais urbanos: Avaliou que, para a questão, é necessário considerar o custo econômico por tonelada de resíduos tratados para remunerar os catadores de materiais recicláveis pelos serviços ambientais urbanos no que tange a resíduos sólidos. Informou que até dia 10 de julho será concluída proposta para o pagamento de serviços ambientais urbanos para os catadores de recicláveis e, posteriormente, apresentada à Ministra.

O Secretário-Executivo avaliou que este tema também tem um componente federativo forte e que esta agenda deverá ser trabalhada com articulação entre os componentes do Sisnama.

O Sr. Egon Krakhecke avaliou que o projeto de lei para pagamento de serviços ambientais foi alterado na Comissão de Agricultura, especialmente os recortes sociais. Foi excluído o pagamento por serviços ambientais urbanos. Avaliou que é necessário articulação com o relator, destacando que o pagamento por serviços ambientais urbanos por catadores não está previsto na parte conceitual.

A Presidente da Abema, Maria da Glória, informou que os recursos do PAC são para executar, não prevendo, por exemplo, a contratação para consultoria e estudos

ambientais. Questionou se parte dos recursos poderão ser destinados para o desenvolvimento dos projetos e estudos ambientais.

O Secretário Silvano manifestou que tem a mesma preocupação e avaliou que as chamadas atuais tem um volume de recursos para projetos e tem chamada para obras. Informou que a “Chamada 1” contempla projetos e investimentos e a “Chamada 2”, obras, mas apenas para as propostas que já que têm projetos. Avaliou a dificuldade de se ter bons projetos. Orientou que os municípios deveriam entrar com a chamada para os projetos, considerando que a chamada 2 será apenas no próximo ano.

O Sr. Eugênio, Secretário da Bahia, avaliou que a questão é que a estruturação da política de desenvolvimento não contempla a agenda ambiental. A agenda ambiental só aparece como demanda no licenciamento ambiental, sendo a área ambiental acusada de atrapalhar. Estamos sendo acusados de atrasados por não conseguirmos de fato interferir na qualidade das políticas de modo que a questão ambiental seja contemplada como componente estruturante.

Encaminhamentos:

- ✓ Encaminhar demanda de recursos do PAC para projetos qualificados;
- ✓ Estabelecer alto nível de articulação para sucesso da implementação da PNRS;
- ✓ Debate para regulamentação: antecipar e coordenar o processo.

3. A reforma do Código Florestal:

O Diretor da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, João de Deus Medeiros, apresentou um relato sobre a votação da alteração do Código Florestal pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Informou que na última sessão, foi aprovado o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo. Informou ainda que na semana anterior, houve uma série de conversas de modo que o substitutivo inicial sofreu uma série de alterações. Destacou que, quanto ao mérito, o Deputado acatou a redação de que as áreas cobertas de florestas são de interesse do povo brasileiro. Informou a criação de nova faixa de APP de mata ciliar de 15 m, para rios de 0 a 5 metros, a supressão das tipologias de Área de Preservação Permanente – APP “topo de morro” e áreas acima de 1800 metros. João de Deus destacou outro aspecto, sobre a isenção de reserva legal para imóveis rurais com área de até 4 módulos fiscais: não poderá haver supressão da vegetação, mas retira-se a exigência de recomposição. Avaliou que, quanto ao capítulo de regularização ambiental, prevê, apenas para os casos envolvendo ilícitos em APP e Reserva Legal, a suspensão de multas e posterior conversão em atividades de recuperação ambiental, no entanto a medida também garante que todas as atividades consolidadas em período anterior a julho de 2008 teriam garantia de permanência, independente da avaliação de sua compatibilidade considerando-se a necessária manutenção das funções ambientais da área em questão. Outro ponto controverso é que a figura do ZEE que ficou alterada para fins de regularização e não de recomposição; o substitutivo aprovado possibilita a supressão de remanescentes que abrigam espécies ameaçadas de extinção, invertendo a lógica atual, onde essa condição praticamente inviabiliza a autorização de supressão, mesmo nos casos de utilidade pública. Informou que o Deputado alega que não foi a intenção da alteração permitir novos desmatamentos, mas avaliou que essas duas possibilidades geram a perspectiva de novos desmatamentos. Destacou ainda que as mudanças apresentadas pelo relator no substitutivo não agradou aos autores de outros

projetos de lei sobre alterações do Código Florestal e que haverá no Plenário o esforço para novas alterações. João de Deus manifestou que é necessário avaliar o texto aprovado e construir uma estratégia de articulação para qualificar o debate para a discussão no Plenário.

O Secretário-Executivo comentou que a matéria trouxe uma polarização entre os que querem revogar o código florestal e outras leis ambientais e os que acham que não se deve mexer nada. O Ministério do Meio Ambiente entende que o Código precisava ser regulamentado e que necessitaria de algumas alterações para atendimento de demandas dos agricultores, especialmente, dos agricultores familiares. No entanto, o MMA procurou não ficar retido em um dos pólos dessa disputa. Informou que se buscou atuar no Congresso, em especial com o Deputado Aldo Rebelo, naquilo que se constituía sua declarada intenção, em que pese as dificuldades das controvérsias e complexidade do tema. O Secretário-Executivo expressou que é preciso avaliar o impacto da alteração no Programa Mais Ambiente. No entanto, remanescem pontos que o MMA possui divergências que no nosso entendimento não devem ser mantidos no texto. A chamada Bancada Ruralista tem aspiração de que essa vitória se repita no Plenário, após a eleição. Convidou os presentes a avaliar a convergência no que tange a este tema, avaliando se há unidade na defesa do tema. Avaliou que possa não haver ambiente político para votação disso no congresso pós-eleição. No entanto, manifestou que não se deve trabalhar com este cenário e que é preciso enfrentar o debate de que não se trata de confrontar meio ambiente e agricultura, mas trabalhar com o conceito da produção sustentável, num novo paradigma de produção que se pretende construir. Avaliou que a polarização entre produção e meio ambiente é equivocada. Informou que o relator ligou e avaliou que essa questão não está vencida e que permeará o debate no país nos próximos meses. Avaliou que é preciso articular para não se ter uma derrota no plenário. Destacou que é necessário um alto nível de articulação política para construção de um texto no interesse do país.

O Secretário Egon Krakhecke destacou a alteração do substitutivo que dispensa a exigência da reserva legal para imóveis rurais de até 4 módulos e outra que dispensa a recomposição até quatro módulos para todas as propriedades. Avaliou que a dispensa da recomposição de reserva legal atinge área próxima a 30 milhões de hectares. E que isto vai impactar negativamente o cumprimento das metas de redução de emissões assumidas pelo Brasil. Destacou também a alteração que possibilita o cômputo da APP na área de Reserva Legal em todos os imóveis. Por último, avaliou que é necessário ligar a discussão do Código Florestal a uma discussão mais ampla da sustentabilidade da agropecuária; concluiu que a proposta votada isola a questão ambiental e deixa de lado uma discussão de transição para a sustentabilidade.

A Presidente da Abema, Maria da Glória B. Albarrue, alertou sobre a questão da reserva legal. Informou que no Espírito Santo, as propriedades, em geral, são pequenas e, assim, a alteração que dispensa a recomposição para propriedades até 4 módulos é um desastre. Informou ainda que está sendo cobrada pelos que fizeram as coisas certas e agora vem uma anistia para os que agiram ilegalmente. Avaliou que ainda há muitas coisas que se precisa batalhar para alterar no texto aprovado.

O Secretário da Bahia, Eugênio Splenger, avaliou que o enfoque da discussão precisa mudar. Informou que há mais de 700 mil propriedades rurais na Bahia, entre 30 a 35 hectares e que 90% enquadram nos 4 módulos, mas isso equivale a menos de 10% do território baiano. Avaliou então, que a preocupação da Bahia não é essa. Manifestou que não era necessário fazer a votação neste momento. Defendeu que a

discussão deve se dar em prol de definir, por exemplo, quanto do Cerrado temos que preservar independentemente do Código Florestal; defendeu também a necessidade da discussão da sustentabilidade ambiental da propriedade e do uso dos recursos hídricos; o que é necessário preservar é suficiente por meio de APP e RL? Como trabalhar uma política florestal que garanta a sustentabilidade da produção no que tange a biodiversidade, recursos hídricos etc. O Pagamento por serviços ambientais e compensação de carbono pode permitir uma renda que incentive a preservação e a recuperação de áreas degradadas.

O Sr. Américo Tunes, do Ibama, avaliou que a polarização atrapalhou a qualificação da discussão. Sugeriu que isso seja feito sob a coordenação do MMA. Avaliou que é importante abordar, por exemplo, a questão de segurança dos cidadãos decorrente das chuvas e ocupação das APPs. Avaliou que a alteração do Código Florestal não é panacéia para resolver os problemas da agricultura, muitos dos quais referem-se a crédito etc.

Registra-se a chegada da Ministra Izabella Teixeira.

O Sr. Mauro Maciel Buarque, da Anamma, concordou com o Américo Tunes do Ibama. Destacou a necessidade de que o agronegócio não siga para o caminho mais fácil de ao invés de optar por uma transição agroecológica sustentável.

O Sr. José de Paula, da Abema, comentou que ficou claro no debate sobre a alteração do Código Florestal é que existe um movimento que entende isso como a raiz do problema. Avaliou que é preciso enfrentar a ampliação da discussão num contexto em que a alteração do Código é simbólica.

O Sr. Maurício Andrés, da Agência Nacional de Águas, informou que a ANA terá contribuições técnicas para o debate considerando a interação do Código Florestal e a gestão das águas.

O Secretário-Executivo fez uma síntese da discussão para a Ministra e informou da sugestão de o MMA capitanear a qualificação do debate sobre Agricultura Sustentável no Brasil; que o Código Florestal deve ser contextualizado numa visão de país em uma perspectiva de transição para agricultura sustentável.

O Diretor João de Deus informou que, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, foi sugerido que se faça um debate sobre o tema para subsidiar o MMA, construindo-se um posicionamento da SBPC. Avaliou que a interação com a SBPC é um espaço privilegiado para essa discussão.

A Ministra Izabella Teixeira avaliou que relação federativa na área ambiental precisa ser melhor trabalhada, especialmente com os municípios. Avaliou que é preciso trazer a agenda política dos prefeitos. O debate ambiental abriu um debate com uma agenda social que foi consolidada pelo governo do Presidente Lula. Avaliou que é preciso um exercício político para qualificação do debate com outros segmentos, que é necessário construir soluções que minimizem o conflito. Avaliou ainda que a verdade é que o tema ambiental deixou de ser um tema de ambientalistas e passou a ser um tema de todos. Em relação ao Código Florestal, apontou três pontos: foi realizado um trabalho para estruturar um debate político, pois não se trata de discussão polarizada de ambientalistas e ruralistas; o MMA restabeleceu esse debate, mas é preciso melhorar; é urgente construir uma estratégia alternativa de modo a responder que tipo de código florestal o país precisa. Avaliou que o quadro não é de anistia. Informou sobre os dados da moratória da soja, a partir de dados do Instituto

Nacional de Pesquisa Espacial – Inpe. Avaliou a questão sob o ponto de vista da decisão da Comunidade Europeia em barrar a compra de madeira com certificado dúbio: como o Brasil vai tratar a agenda ambiental desse novo século? De modo reativo ou estratégico/proativo? Com relação à estratégia alternativa para a discussão da alteração do Código, acrescentou que é preciso envolver os movimentos sociais e o setor econômico para construir uma proposta de Código Florestal. Informou, ainda, que, em 4 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – CNDDES terá uma pauta sobre Agricultura Sustentável, de cujo debate participarão o MMA, Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio – MDIC; na primeira quinzena de agosto haverá Audiência Pública para debate sobre APP em área urbana. Concluiu que a Agenda Ambiental não é só florestas e licenciamento.

Em relação ao futuro do Programa Mais Ambiente no contexto do substitutivo aprovado, o Sr. João de Deus avaliou que a operação do Mais Ambiente não tem grande conflito com o substitutivo.

A Ministra avaliou que é o momento de começar a qualificação do debate. Manifestou que é preciso simplificar o procedimento de averbação da RL, trazer conceitos da Resolução Conama, dos projetos de regulamentação etc.

Encaminhamentos:

- ✓ Ministério do Meio Ambiente capitanear a qualificação do debate sobre o tema e construir uma proposta de construção de que código florestal o país precisa; como aperfeiçoar e o que abordar;
- ✓ MMA encaminhará a pauta do debate no CNDDES para orientar a discussão;
- ✓ Participantes da reunião da CTN encaminharão subsídios ao MMA para a participação no debate no CNDDES.

Encerramento

O Secretário-Executivo Substituto reassumiu a presidência da reunião. Considerando o horário e a necessidade de alguns presentes se retirarem, os pontos **4. O licenciamento de assentamentos** e **5. As relações entre os entes federados, em especial entre os estados, o Ibama e o ICMBio** não foram tratados.

O Secretário-Executivo Substitutivo encerrou os trabalhos, informando que deverá ser marcada nova data de reunião para discussão dos pontos restantes e, principalmente, para os encaminhamentos.

Encaminhamento final:

- ✓ Será realizada nova reunião da Comissão Tripartite Nacional em 60 (sessenta) dias.